

O Curioso caso do selo de contribuição cívica

Um selo de responsabilidade do Ministério da Fazenda que devia atender a legislação relativa as estampilhas de imposto do selo.

Criado por um decreto de dezembro de 1930, os selos foram gravados e impressos na Casa da Moeda, sendo o autor do desenho o Sr. S. Soubre, um gravador da própria instituição. Foi utilizado papel filigranado (filigrana tipo "G" – "CM" dentro de estrelas). A cor azul do selo apresenta algumas vezes pequenas variações de tom. Este selo destinava-se a obter fundos para o "resgate da dívida do Brasil". Entretanto, no seu decreto de criação ficou estabelecido que o selo poderia ser utilizado em correspondências dentro do país, "dando-lhes plena franquias". Acabou sendo empregado em correspondências basicamente por filatelistas.

Este fato levou a Sociedade Philatélica Paulista a criar em 1935 uma comissão de estudos para este selo. O grande filatelista Roberto Thut realizou estudos e concluiu que o selo de contribuição cívica não apresentava "nenhum valor filatélico". Contudo, independentemente deste estudo, o selo continuou a interessar os colecionadores, passando a integrar a coleção dos filatelistas que tiveram a sorte de obter o selo novo ou correspondências utilizando o selo para o porteamento.

Em anos mais recentes e em função do seu valor elevado, apareceram no mercado para venda selos falsos, muito perfeitos e com boa goma, feitos utilizando técnicas modernas de reprodução que tornam o desenho quase idêntico aos selos verdadeiros, o que dificulta sua identificação apenas pela imagem. As primeiras aparições destes selos falsos de que se tem notícia ocorreram na República Tcheca.

Deve-se ter cuidado ao adquirir este selo, preferencialmente sempre pedindo a avaliação de um especialista ou um certificado de autenticidade.

